



Ilustríssimo Senhor

Romário Augusto Gonçalves Paz

Digníssimo Presidente de Câmara Municipal de Vereadores

01/2020

PEDIDO DE INFORMAÇÃO nº 01

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o artigo 118 da Resolução 1252/2016, faz o seguinte pedido de Informação ao Executivo Municipal¹:

- **Em fevereiro de 2018 existiu ou foi feito algum memorando da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Habitação ao Departamento de Contabilidade Orçamentário – DCO, autorizando suplementação do saldo orçamentário do pedido de crédito adicional especial da Secretaria Municipal de Educação, para cumprimento de algum contrato com a OSCIP – Ação Sistema de Saúde e Assistência Social?**
 - **Se existiu:**
 - **Quem fez o pedido?**
 - **Quem assinou o pedido?**
 - **Qual ou quais cargos ocupava na Administração Municipal o solicitante?**
 - **Qual o valor da suplementação?**
 - **Na época a quem era subordinado o Departamento de Contabilidade Orçamentária – DCO?**

Enrique Civeira
1



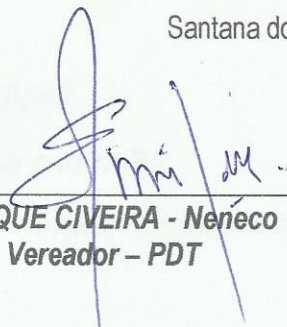
▪ *As reduções das dotações do orçamento para que fosse possível a suplementação do saldo orçamentário do pedido de Crédito Adicional Especial da Secretaria Municipal de Educação foi feito por qual Secretaria? Quais as dotações? Quais valores correspondentes a cada dotação? Quais os cód. Redução? De quais recursos?*

▪ *Houve estudo pelo Departamento de Contabilidade Orçamentário – DCO, para definir de quais Secretarias seriam feitas as reduções das dotações?*

▪ *Sem a suplementação do saldo orçamentário do pedido do crédito especial da Secretaria Municipal de Educação seria possível o cumprimento do Termo Parceria 01/2018?*

○ *Caso positivo, de que forma?*

Santana do Livramento, 06 de Janeiro de 2020.


ENRIQUE CIVEIRA - Neneco
Vereador – PDT

¹ Lei Orgânica Municipal.

Art. 102 - Compete privativamente ao Prefeito:

XIV - prestar à Câmara Municipal, dentro de dez dias as informações solicitadas, sobre fatos relacionados ao Poder Executivo e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara ou sujeita a fiscalização do Poder Legislativo;

Art. 103 - Importam responsabilidades os atos do Prefeito ou Vice-Prefeito que atentem contra a Constituição Federal, Constituição Estadual e esta Lei Orgânica Municipal, especialmente:

IV - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.